

A Justiça espanhola emprega-se de modo inusual contra o movimento sindical galego nos últimos anos e evidencia através de processos de exemplarização repressiva a sua condição de ferramenta anti-sindical. Mostra desta implicação na repressão directa do sindicalismo nacionalista é o juízo a celebrar amanhã em Ourense contra o dirigente da CIG Carlos Vázquez, acusado por participar num piquete sindical na Greve Geral de Junho de 2002 e para o que o juiz do Julgado do Penal nº 2 de Ourense demanda três anos de prisom. Os factos polos que é processado o membro da Executiva Comarcal da CIG em Ourense som relativos à jornada grevista de 20 de Junho de 2002 e a participação do sindicalista num piquete num centro comercial da cidade. A petição a que se enfrenta Carlos Vázquez é de três anos e um dia de prisom –grau punitivo máximo que permite o Código Penal espanhol-, 7000 euros de ‘indenização’ ao comércio denunciante e umha sanção económica ainda por quantificar.

Persecução sindical Por parte da CIG denunciou-se o processo de que é objecto Vázquez como um “intento de amordaçar o movimento sindical” e assinalou-se a “escandalosa petição fiscal” que, de fazer-se firme, suporia o encarceramento do sindicalista. O secretário comarcal da central nacionalista, Etelvino Blanco, qualificou a petição de pena de “totalmente injusta e desproporcionada” e incidiu na existência dumha “persecução por parte do Ministério Fiscal contra a participação de sindicalistas nas greves”. Aliás, Blanco enquadró os factos “em todo o contexto político que havia naquele momento, onde o governo do PP agia desta forma através da fiscalia para amordaçar o movimento sindical por umha greve que tivo um sucesso importante”. Lembramos que a jornada de Greve Geral de 2002 contra a política sócio-económica do PP mobilizara mais de 300.000 pessoas em toda a CAG e fora secundada aproximadamente por 85% d@s trabalhador@s galeg@s, segundo informou no seu dia a central nacionalista CIG. Sindicalistas lugueses da central galega também fôrom processados no seu dia e condenados a prisom em circunstâncias similares às que agora afectam Carlos Vázquez.